

Secretaria de
**Justiça, Direitos
Humanos e Cidadania**



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Assessoria de Comunicação

CLIPPING

13 de Agosto 2019





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Assessoria de Comunicação
Clipping JULHO/19

DATA	13/08/2019	DIA DA SEMANA	Terça-feira
VEÍCULO	Portal do Holanda	EDITORIA/ COLUNA	Terceira Idade
LINK	https://www.portaldoholanda.com.br/noticia-hoje/desafios-de-envelhecer-e-tema-de-conferencia-da-terceira-idade-em-manaus		
TÍTULO	Desafio de envelhecer é tema de conferência da terceira idade em Manaus		
CITA A SECRETARIA SEJUSC		SIM	APOIO SEJUSC
TIPO DE CONTEÚDO		Positivo	
TIPO DE MÍDIA	Release ASCOM SEJUSC		
	Divulgação Própria		X
	Iniciativa do Veículo		
	Nota ASCOM SEJUSC		



Desafios de envelhecer é tema de conferência da terceira idade em Manaus

Publicado em 13/08/2019 às 14h42

Por Portal do Holanda





O governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc) e da Secretaria de Estado de Administração (Seas), realiza nos dias 22 e 23 de agosto a 5ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Amazonas, no Parque Municipal do Idoso, localizado no bairro Nossa Senhora das Graças, zona centro-sul de Manaus. O encontro tem coordenação do Centro Estadual do Idoso (CEI/AM) e apoio da Fundação de Amparo ao Idoso Dr. Thomas (FDT) e Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (Funati).

Neste ano, o evento tem como tema “Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas”. Na programação, especialistas vão discutir políticas de segurança pública, educação, saúde e esporte/lazer.

No primeiro dia, o encontro ocorre das 13h às 17h. O segundo dia de programação tem início às 7h, e segue até as 18h.

A titular da Sejusc, Caroline Braz, participará de uma mesa-redonda no dia 23. No evento, ela discutirá os direitos fundamentais na construção ou efetivação de políticas públicas.

A conferência estadual é proposta pelo Conselho Nacional do Idoso (CNI). Ao fim do evento, serão escolhidos sete delegados indicados em etapas municipais do evento para participar do encontro nacional, previsto para ocorrer em 2020.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Assessoria de Comunicação
Clipping JULHO/19

DATA	13/08/2019	DIA DA SEMANA	Terça-feira
VEÍCULO	D24AM	EDITORIA/ COLUNA	Cidade
LINK			
TÍTULO	Mulheres têm sugestões para a Lei Maria da Penha		
CITA A SECRETARIA SEJUSC	SIM	APOIO SEJUSC	
TIPO DE CONTEÚDO	Positivo		
TIPO DE MÍDIA	Release ASCOM SEJUSC		
	Divulgação Própria		X
	Iniciativa do Veículo		
	Nota ASCOM SEJUSC		

Terça-feira, 13 de agosto de 2019
visite D24am.com

Diário do Amazonas

Cidades

15

Complexo da Ponta Negra, na zona oeste, terá Centro de Atendimento ao Turista

Dentro das estratégias de fomento ao turismo na capital, promovidas pela Prefeitura de Manaus, o Complexo Turístico Ponta Negra, zona oeste, vai ganhar um Centro de Atendimento ao Turista (CAT) para facilitar o acesso às informações e atrações da capital e do Estado. O projeto tem desenho arquitetônico minimalista, de inspirações regionais e faz parte da requalificação permanente do complexo implementada pelo prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto.

Elaborado e executado pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Impurb), a proposta arquitetônica do projeto trabalha com o conceito de transparência e integração com a paisagem do entorno da orla do rio Negro. O volume central é todo em vidro, onde acontecerá o atendimento ao turista e visitante. Como uma boutique ao ar livre, a construção tem cobertura reta e com largos beirais no volume todo em vidro incolor, que permite uma vista integrada e sem intervenção.

Banners fixados no teto e no piso vão mostrar as principais atrações turísticas e naturais da capital e do Estado. A estrutura também terá um longo balcão com computadores embutidos para consultas.

Mulheres têm sugestões para a Lei Maria da Penha

Proteção Propostas foram apresentadas no Seminário A Lei é Para Todas, realizado na última segunda-feira

Da Redação
Redacao@diarioam.com.br
Manaus

Indígenas, negras e transsexuais do Amazonas elaboraram dez medidas para a efetivação da Lei Maria da Penha (LMP) no Amazonas. Esse foi o resultado do Seminário A Lei é Para Todas - A aplicação da Lei Maria da Penha do ponto de vista do feminismo internacional, realizado em Manaus nesta segunda-feira (12).

O evento foi promovido pela Defensoria Pública do Estado (DPE-AM), pelo Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), e a Comissão da Mulher, da Família e do Idoso da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM). O objetivo do seminário realizado na Assembleia era a elaboração de um documento com recomendações para a criação de políticas públicas visando o alcance efetivo da LMP para as mulheres indígenas, negras e transsexuais.

As sugestões são: inclusão de dados sobre identidade de gênero, raça, etnia, classe social e crime de LGBTfobia nos registros de atendimento das vítimas nas delegacias e sistema de Saúde; oferta de formação continuada para servidores das delegacias e rede de Saúde a fim de evitar violações de direitos humanos; ampliação do alcance da LMP para outros tipos de violência de gênero que não a doméstica e familiar; programa para capacitação continuada de indígenas sobre a LMP em tribos do entorno de Manaus; Elaboração de cartilha informativa com tradução para línguas indígenas; inclusão do Nome Social nos registros de atendimentos do Instituto Médico Legal (IML); abordagens educativas para mulheres em situação de prostituição; oferta de capacitação sobre a produção de provas que ajudem as vítimas em processos da Lei Maria da Penha; campanha em bairros e comunidades para que órgãos públicos informem à população sobre a LMP; e elaboração de regulamentação normati-



Propostas As ideias vão servir como base na criação de novos projetos e políticas públicas para proteção e defesa dos direitos das mulheres no Amazonas

va, por parte do Poder Executivo, garantido recursos para a execução das sugestões de políticas públicas buscando a efetivação da Lei Maria da Penha no Amazonas.

As dez ideias serão agora recebidas pela Defensoria Pública, Sejusc e Comissão da Mulher/ALE-AM para servir como base na criação de novos projetos e políticas públicas que assegurem os direitos das mulheres e as protejam no Amazonas.

Para a defensora pública

Pollyana Vieira, que coordena o Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem/DPE-AM), o evento serviu para dar voz à mulheres de grupos invisibilizados, como são as negras, indígenas e transsexuais.

"O feminismo interseccional defende o lugar de fala das mulheres. Nós não podemos falar por elas, que possuem seus históricos e particularidades culturais, porém, não as víamos em eventos para discutir a Lei Maria da Penha", ressaltou a defensora.